

O Estado da Nação¹ – o impacto do retorno de África

Fátima Loureiro de Matos

Departamento de Geografia da FLUP/CEGOT
fmatos@letras.up.pt

Sandra Melo

Cooperativa Apoio Social Povo Portuense
mudastea@gmail.com

Resumo

O retorno dos portugueses residentes nas ex-colónias africanas foi, sem dúvida, um acontecimento demográfico com impactos significativos na dinâmica populacional, social e económica do território nacional.

“Perto de meio milhão de pessoas, o equivalente a 5% da população residente, chegaram a Portugal ao longo do ano de 1975” (Pires *et al.*, 2010, 50).

O objetivo desta comunicação é analisar os impactos desta migração em massa na demografia e na sociedade, num dos momentos mais críticos da história portuguesa, com base na informação estatística, disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística. Procura-se, ainda, analisar algumas das medidas que contribuíram para a sua integração na sociedade portuguesa.

Palavras-chave: Portugal, Migração, Retorno, Ex-colónias africanas

1 O título “Estado da Nação”, foi retirado do suplemento especial da revista *Visão* de 2005, que faz uma análise do estado do país, da sua evolução recente, nos domínios económico, social e cultural, 10 dias antes das eleições legislativas.

Introdução

Chamaram-lhes desalojados, regressados, repatriados, fugitivos, deslocados ou refugiados. Finalmente, em meados, de 1975 tornar-se-ão retornados. O nome colou-se-lhes. Ficaram retornados para sempre. Como se estivessem sempre a voltar.

Helena Matos

<http://observador.pt/especiais/os-retornados-comecaram-chegar-ha-40-anos/>

O processo de descolonização dos territórios portugueses no continente africano trouxe consigo um conjunto de transformações no território nacional. O país foi reconfigurado, como veremos à frente, chegando a recenter-se que Portugal é demasiado pequeno² para assimilar aqueles que voltam a uma pátria em muitos casos desconhecida.

O retorno dos portugueses residentes nas ex-colónias africanas foi, sem dúvida, um acontecimento demográfico com impactos significativos na dinâmica populacional, social e económica do território nacional.

O retorno destes portugueses aconteceu, “maioritariamente ao longo do ano de 1975, naquele que foi o maior movimento populacional da história portuguesa do século XX”, (Pires 2003, 1), correspondendo a cerca de meio milhão de indivíduos.

O repatriamento de populações para os seus estados nacionais é um fenómeno que ocorreu na Europa, após a 2.^a Guerra, com o repatriamento de indivíduos de nacionalidade ou origem alemã expulsos da Polónia, Checoslováquia e Hungria. A partir de meados da década de 50 e durante a década de 60, o repatriamento de europeus surge na sequência dos processos de descolonização das diversas colónias de países Europeus, na África e na Ásia.

Enquanto estes retornos, dos anos 50 e 60, acontecem pela Europa, em Portugal ocorre um fenómeno contrário, ou seja, o acentuar das migrações em dire-

2 Em contraponto ao Mapa com o título, “Portugal não é um país pequeno”, exposto na 1.^a Exposição Colonial Portuguesa, realizada no Porto no Palácio de Cristal em 1934, que mostra a superfície do império colonial português comparada com a dos principais países da Europa, mapa organizado por Henrique Galvão (oficial da carreira militar, responsável por esta exposição), segundo a informação da Biblioteca Nacional, tem uma escala calculada de 1:8500000, tendo sido publicado em 1935, pela Câmara Municipal de Penafiel. A representação cartográfica abrange a Europa, sobre a qual se sobrepõe a representação comparativa, das superfícies coloniais, com as superfícies dos seguintes países: Espanha, França, Inglaterra, Itália e Alemanha.

ção a Angola e Moçambique, associado à emigração portuguesa, para a Europa, sobretudo, para França e Alemanha (Pires *et al.* 2010). O retorno das ex-colónias portuguesas, só irá ocorrer mais tarde, na sequência da descolonização após o 25 de Abril de 1974, numa conjuntura económica, social e política, difícil e turbulenta, que origina um processo de descolonização acelerado e generalizado, e um sentimento de insegurança, que leva ao êxodo dos portugueses radicados nas colónias, durante os anos de 1974 e 1975 (Pires, 2003, 195). A amplitude deste fenómeno espelhou-se, sobretudo, no episódio da ponte aérea que se traduziu no transporte aéreo em massa de cerca de 174 mil cidadãos portugueses. Foram efetuados 905 voos, que fizeram desembarcar no aeroporto da Portela, milhares de famílias de repatriados, dos mais variados contextos sociais, entre maio e novembro de 1975 (Leandro, 1994).

Segundo Rui Pena Pires (2003) por um lado, o repatriamento das ex-colónias portuguesas tem uma dimensão numérica idêntica ao dos ingleses, que regressaram ao Reino Unido após a descolonização das várias colónias inglesas (cerca de 550 mil), e ao dos italianos (cerca de 530 mil) regressados de África, mas supera, o número de holandeses retornados da Indonésia (cerca de 300 mil), de espanhóis oriundos do Norte de África e da Guiné Equatorial (cerca de 100 mil) e de belgas provenientes do Congo, Ruanda e Burundi (cerca de 100 mil). Por outro, é um movimento muito concentrado no tempo, dado que a maioria das chegadas ocorrem durante o ano de 1975, tal como aliás acontece com os repatriados franceses residentes na Argélia, cujo retorno acontece entre Fevereiro e Dezembro de 1962 (Pires 2003, 192).

Tendo em conta esta síntese introdutória os objetivos desta comunicação, são analisar os impactos desta migração em massa na demografia, no território e na sociedade, num dos momentos mais críticos da história portuguesa e algumas das medidas que contribuíram para a sua integração.

A dimensão do retorno

Tendo em conta a análise realizada por alguns autores e a informação divulgada por organismos oficiais, uma primeira interrogação prende-se com o volume populacional deste retorno.

Segundo o Recenseamento feito pela Comissão Central para os Desalojados (realizado entre 20 de novembro e 6 de dezembro de 1976), foram recenseados 148 522 agregados familiares correspondendo a 441 398 indivíduos retornados³, sendo o mesmo, alargado até 31 de julho de 1977 (Despacho n.º46/77 de

3 A condição de retornado foi política e juridicamente definida no D.L. n.º 308-A/75, de 24 de Junho de 1975.

12 de agosto), contabilizando a 30 de junho de 1978, 463 315 indivíduos retornados das ex-colónias.

O Relatório do Dr. Marques Leandro⁴ (ex-secretário de Estado da Administração Local) que não inclui o “retorno” de pessoas da Guiné e de Cabo-Verde, apura um total 582 917 indivíduos (incluindo os provenientes de Timor).

O Relatório de Actividades do Comissariado para os Desalojados de 1979, refere que, entre 1 de dezembro de 1976 e 30 de abril de 1977, chegaram 15 116 indivíduos, entre 6 de maio de 1977 e 17 de agosto de 1977 chegaram mais 7 509 indivíduos, sendo indeterminado o número de pessoas que retornaram mais não se recensearam (citado por Vieira 2013, 23). Este “recenseamento não tinha por base conhecer todo o universo da população que veio dos territórios africanos, mas sim conhecer o universo de «desalojados», ou seja, de pessoas que manifestavam algum tipo de carências e que já tinham beneficiado de algum tipo de ajuda” (Vieira 2013, 23).

O XII Recenseamento Geral da População, de 1981, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), contabilizou 505 087 indivíduos retornados das ex-colónias (incluindo Timor) este número foi corrigido por Rui Pena Pires (2003)⁵ para 471 427, dado que, cerca de 33 000 eram estrangeiros, a maioria, nascidos nos PALOP, assim perante estes números, os retornados correspondiam a 4,8 % dos residentes do país em 1981.

Refira-se, ainda, que outros autores referem que o número apresentado no Recenseamento de 1981, estaria subestimado, já que no “início dos anos 80 cerca de 10 000 retornados (re)emigravam, isto quer dizer que esse número de população não se recenseou em 1981,” (Peixoto 2011, citado por Vieira 2013, 23), outros, teriam entretanto falecido, ou ainda, teriam nascido nas ex-colónias depois de 1973 ou não terão respondido corretamente à questão sobre a sua residência em 31 de dezembro de 1973 (Pires 2003, 200).

Assim, perante estes números conclui-se que o número de retornados que entrou em Portugal pode ter sido superior aos referidos nos recenseamentos, sendo complexo chegar-se a um número exato.

Outra questão fundamental para se perceber a dimensão deste fluxo é, o facto de uma grande parte dos que abandonaram as colónias não terem vindo para Portugal. Na verdade, muitos foram para o Brasil, outros para Argentina, assim como, para os países periféricos, Namíbia, Zimbábwe, Zaire, Congo e África do Sul, devido à proximidade geográfica destes países e utilizando para a saída os seus próprios meios.

4 “A epopeia do retorno 20 anos depois”.

5 A partir da análise dos microdados do XII Recenseamento Geral da População, de 1981, relativo à questão sobre o seu local de residência em 31 de dezembro de 1973.

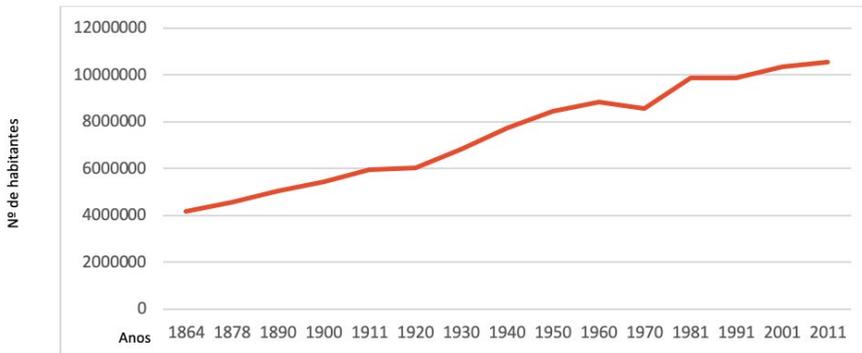


Figura 1 — Evolução da População de Portugal, 1864 a 2011
 Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

O retorno e o impacto na demografia portuguesa

Tendo em conta a dimensão deste fluxo populacional, o seu impacto na demografia portuguesa foi muito significativo.

Em primeiro lugar, deve-se salientar, o aumento da população residente, entre 1970-1981, na verdade, contra todas as projeções que tinham sido realizadas, que previam a continuação do decréscimo populacional, ocorrido na década de 60, devido à emigração europeia e à saída para as colónias, como explicitamos acima, entre 1970 e 1981, verifica-se um aumento de 1 184 645 indivíduos (um saldo comparável ao ocorrido nos anos 40), dos quais, 40% correspondem a retornados das ex-colónias (figura 1).

Em segundo lugar, em alguns distritos os retornados contrariaram a tendência de decréscimo da população que se vinha verificando desde os anos 50, na verdade, por exemplo, para o distrito de Bragança se não fosse o repatriamento a população residente teria diminuído na década de 70, 6% em vez de aumentar 3%. Mesmo nos distritos com um crescimento demográfico acentuado, o impacto do retorno foi significativo, caso dos distritos de Lisboa, Setúbal, Porto e Faro, onde os retornados representam entre 1/4 e 1/3 dos aumentos populacionais. Quanto aos distritos em retrocesso populacional o impacto do repatriamento foi também importante, por exemplo, no caso do distrito da Guarda entre 1970 e 1981, a população diminui 3,7%, em vez dos 10% que se verificariam sem os retornados.

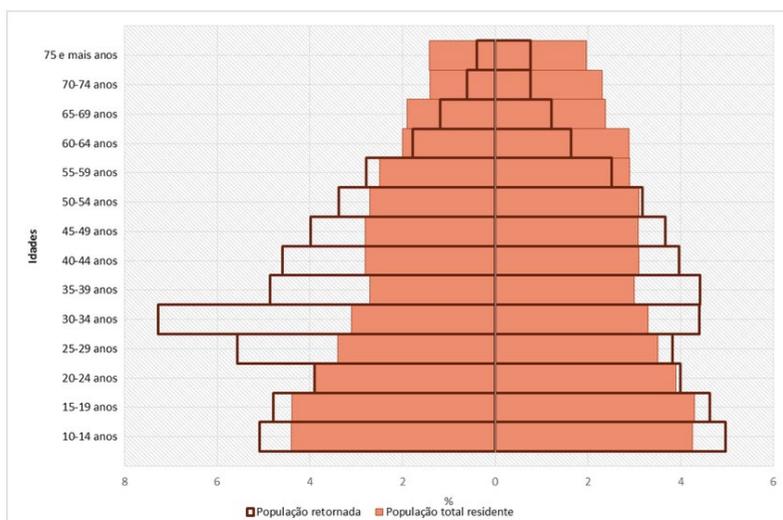


Figura 2 — Estrutura etária e sexo da população retornada e residente, 1981

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981
(a partir de Pires 2003, 211) elaboração das autoras

Relativamente aos concelhos, em 50% destes, o retorno representou mais de 1/3 do valor da variação da população entre 70 e 81. No caso de Lisboa, o repatriamento foi superior, a outros movimentos populacionais, evitando que se mantivesse a anterior tendência de perda populacional (Pires 2003).

Relativamente à estrutura etária e sexo, refira-se que, para a população repatriada era em 1981, significativamente, diferenciada da observada para a população portuguesa residente. Na verdade, na distribuição por sexos verifica-se um predomínio da população masculina (53% de homens) em quase todas as idades, uma população muito mais jovem, 64% dos retornados tinham menos de 40 anos e 8% tinham mais de 65 anos.

Comparando as duas pirâmides etárias, verifica-se que, a pirâmide dos retornados apresenta um perfil muito mais jovem, que a da população residente (figura 2). Os retornados representavam, 5% da população residente entre os 10 e os 19 anos, 7% entre os 20 e os 39 anos, 6% entre os 40 e os 64 anos e 2% da população com mais de 65 anos. Situação que contribui para um rejuvenescimento da população residente, para o aumento da taxa de atividade, para a sustentação da relação de substituição das gerações, contrariando, em parte, a tendência de envelhecimento que se via a sentir deste 1970.

Quanto à distribuição da população retornada por estrutura etária, segundo a ex-colónia de origem, verifica-se que a população proveniente de Angola é mais jovem do que a das restantes colónias (figura 3).

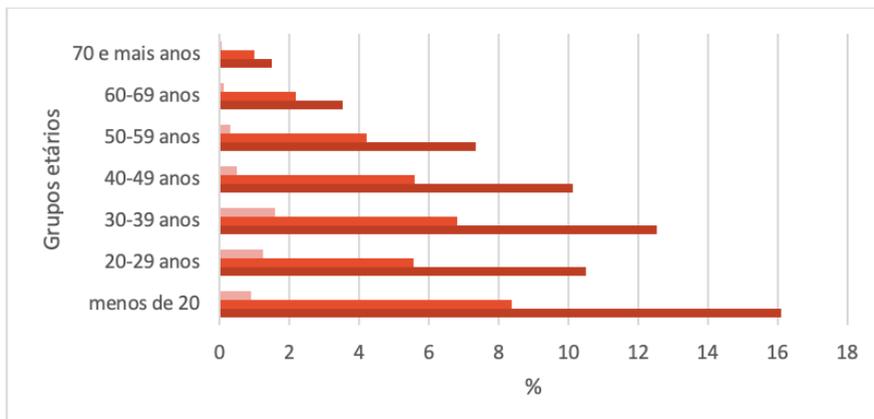


Figura 3 — Estrutura etária da população retornada, segundo a colónia de origem, 1981
 Fonte: INE, Recenseamento Geral da População de 1981
 (a partir de Pires 2003, 202) elaboração das autoras

Estas características da estrutura etária, confirmam o que se disse atrás, acerca do carácter intenso e recente da migração portuguesa para as colónias a partir dos anos 50, acelerada com o início da guerra colonial.

Origem, distribuição geográfica e transformações territoriais

Como referido o número de retornados recenseados pelo INE em 1981, correspondia a 471 427 indivíduos, provenientes de Angola (290 504, 61%), de Moçambique (158 915, 34%) e das restantes ex-colónias (21 978, 5%), como se pode observar na figura 4.

Relativamente à origem dos retornados nascidos em Portugal, por regiões NUT II⁶, verifica-se que 32 % eram naturais do Norte, 36% do Centro, 14,5% da região de Lisboa, do Alentejo 11%, do Algarve 4% e 4% dos Açores e da Madeira. Os distritos

6 Acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões. Esta nomenclatura foi criada pelo Eurostat no início dos anos 1970, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais. As NUT II correspondem à seguinte divisão: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

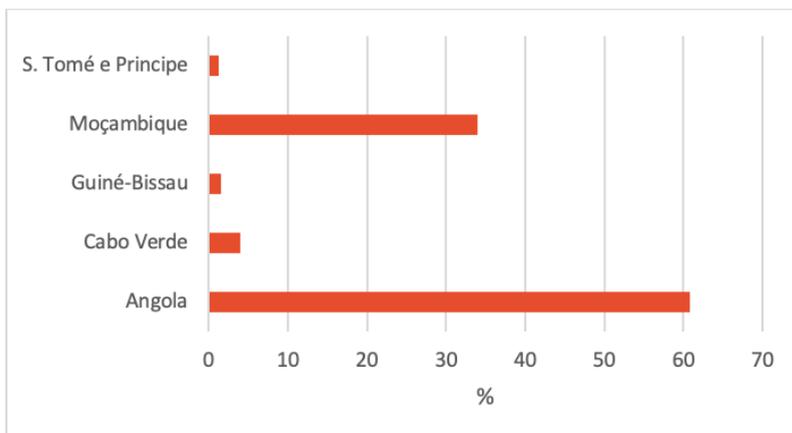


Figura 4 — População retornada segundo a ex-colónia de origem em 1981
 Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População de 1981

do continente, de Lisboa e Porto, foram aqueles onde nasceu o maior número de retornados (36 514 e 33 424, respetivamente). Seguem-se por ordem de importância: Viseu (25 012), Bragança (21 142), Guarda (20 373) e Vila Real (19 288), enquanto os distritos de Évora, Beja, Portalegre, Setúbal e Viana do Castelo, foram aqueles que menos contribuíram para a saída rumo às colónias (figura 5). Se considerarmos a dimensão populacional dos distritos e os retornados nascidos em cada um deles, verifica-se que o Norte e Centro interiores foram as regiões de onde mais se migrava para África.

Quanto à relação entre a origem dos retornados e as ex-colónias de onde voltaram, verifica-se que em todos os distritos a maioria veio de Angola, seguindo-se Moçambique. No distrito de Bragança, os que vieram de Angola, representam três vezes mais dos que vieram das restantes colónias, nos distritos do Porto, Lisboa, Guarda e Viseu, quase o dobro (figura 5).

Considerando agora a distribuição territorial da população repatriada segundo o local de residência em 1981, verifica-se que esta é muito desigual, com efeito, 43% (251 752) dos retornados residia em apenas três distritos, Lisboa, Porto e Setúbal, destacando-se Lisboa com 32% (152 703). Pelo contrário Beja, Portalegre, Évora e Viana do Castelo eram os distritos de menor fixação (com menos de 10 000 retornados em cada um) (figura 6).

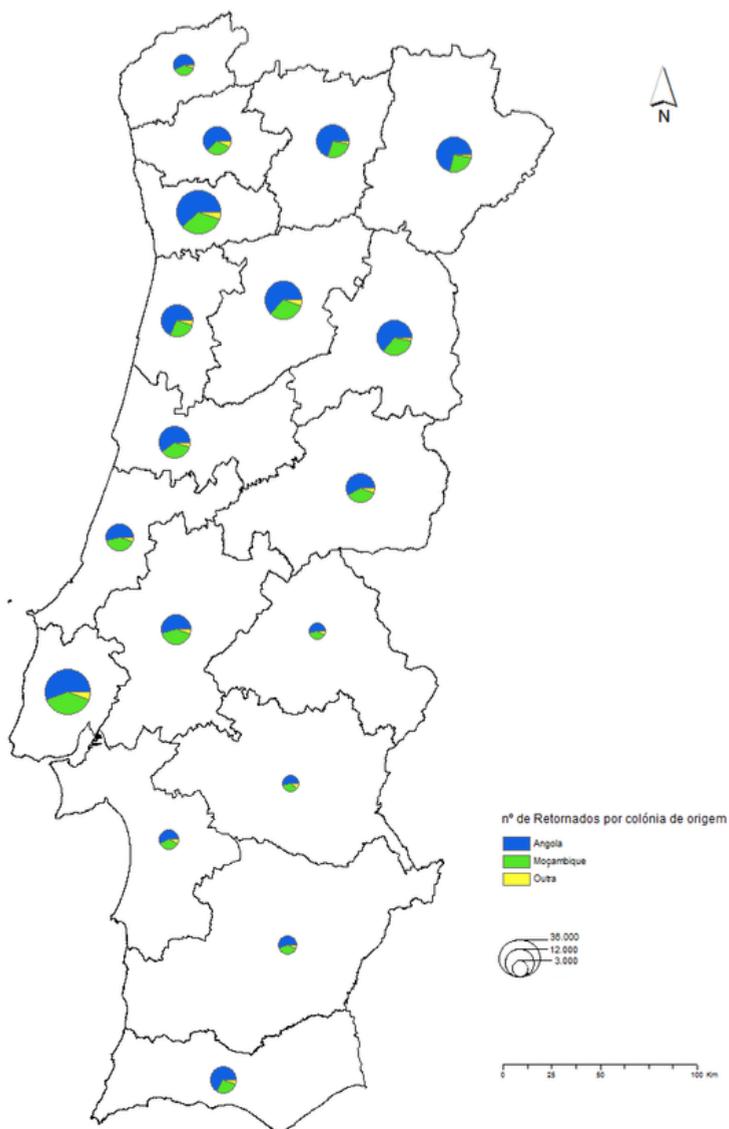


Figura 5 — Retornados nascidos em Portugal continental segundo a colónia de proveniência, por distritos de naturalidade, em 1981
 Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População de 1981
 (a partir de Pires 2003, 203), elaboração das autoras

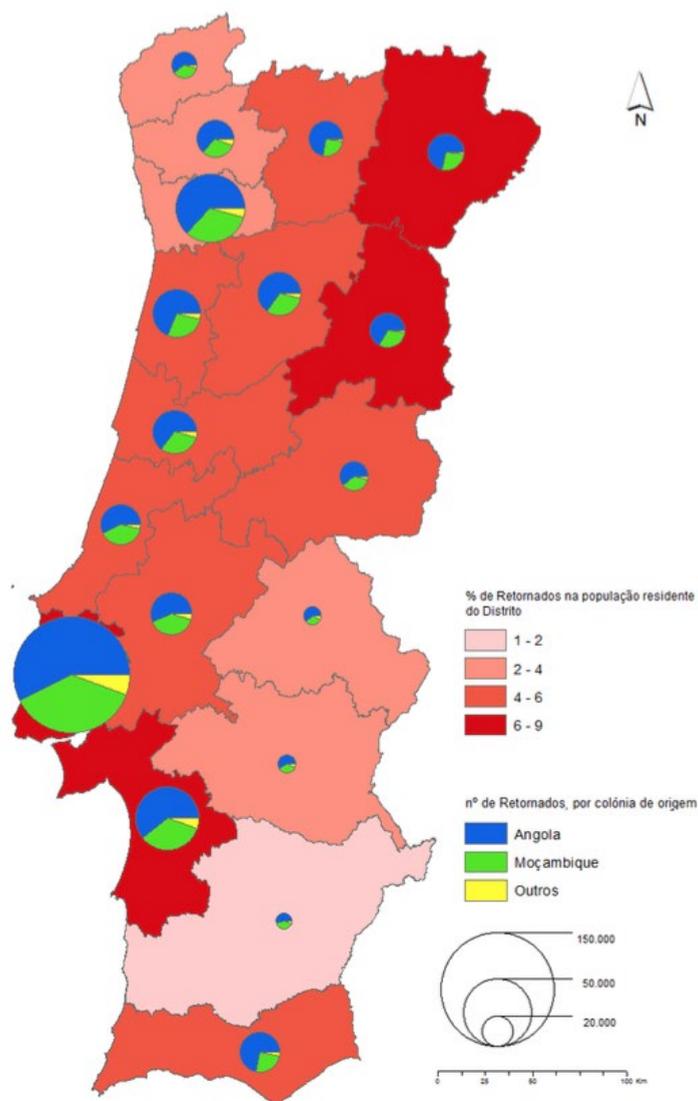


Figura 6 — Retornados segundo a colónia de origem, por distritos de residência, em 1981
 Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População de 1981 (a partir de Pires 2003, 203) elaboração das autoras

Se considerarmos o outro indicador representado na figura 6, ou seja, a percentagem de retornados na população residente em cada distrito, vemos que, os retornados representam 8% em Bragança, 7% em Lisboa, Guarda e Setúbal, enquanto nos distritos Alentejanos representam 2%. No caso dos distritos do Porto e Braga os retornados, embora sejam numerosos, representam uma parcela reduzida da população residente, respetivamente 3 e 2%, situação inversa à observada nos distritos de Bragança e Guarda.

A uma escala territorial mais pormenorizada ao nível dos concelhos, verifica-se que, os concelhos cuja percentagem da população retornada na população residente em 1981 é maior (com mais de 10%) são os concelhos de Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Mirandela, Torre de Moncorvo, Vila Flor e Figueira de Castelo Rodrigo, em Trás-os-Montes e Alto Douro, Sintra, Cascais, Oeiras e Seixal, na Área Metropolitana de Lisboa (Pires 2003, 204).

Um estudo efetuado para a Terra Quente Transmontana (concelhos de Alfandega da Fé, Carrazeda de Ansiães, Mirandela e Vila Flor)⁷, demonstra que 38% dos retornados do distrito de Bragança chegaram a esta região, representando 1 em cada 8 habitantes, sendo que, 71% são oriundos de Angola, 27% de Moçambique e 2% da Guiné. Dirigiram-se mais para o meio rural do que urbano, em cada 3 retornados, 1 instalou-se nas sedes concelhias e dois em outros lugares. Esta distribuição explica, de certo modo, o “súbito reavivar de tantas aldeias da Terra Quente na última década. Por outras palavras, o principal efeito positivo dos retornados terá sido o restabelecer do equilíbrio demográfico entre o meio urbano e rural” (Lucas 1985, 118).

O padrão de distribuição territorial descrito terá sido condicionado, quer pelo apoio familiar, quer pela possibilidade de inserção rápida no mercado de trabalho em setores profissionais semelhantes aos que exerciam nas colónias, muitos retornados são reintegrados na função pública, setor que entra em franca expansão nos anos 70, por todo o território, devido à afirmação do poder local e à expansão dos serviços públicos (escolas, hospitais, centros de saúde, entre outros) outros irão para os serviços privados (bancos, seguros, por exemplo), também estes em expansão. Refira-se, ainda que, os retornados que se fixaram em distritos diferentes dos que nasceram, escolhem preferencialmente, os do litoral, caso do Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal (figura 6), onde as oportunidades de trabalho são maiores, o que mostra bem a influência do mercado de trabalho na sua fixação.

A descolonização dos territórios africanos induziu, para além das alterações territoriais descritas anteriormente, outras, é o caso do repatriamento de um grande número de “retornados não-brancos” que, após adquirirem a nacionalidade portuguesa (graças à documentação de ascendência portuguesa ou através do desempenho de funções nas antigas administrações coloniais), se fixam em

7 Lucas 1985, 114-125.

Portugal, modificando o território e a sociedade. Territorialmente, a maior representatividade das alterações consequentes deste repatriamento, fazem-se sentir, sobretudo em Lisboa, onde a maioria se fixou, são exemplos, o eixo Lumiar — Charneca em Lisboa, o Alto da Cova da Moura, na Amadora, sendo aliás este movimento, responsável, em parte, pelo elevado crescimento populacional do concelho da Amadora na década de 70 (Salgueiro 1992) e pela expansão de bairros de barraca e clandestinos na área metropolitana de Lisboa (Matos e Salgueiro, 2005)⁸.

Caracterização socioprofissional

Considerando as qualificações escolares da população retornada e da população residente em 1981, verifica-se que, os retornados apresentam níveis de escolaridade mais elevada que a portuguesa (figura 7), bem visível nos dois extremos da escala das qualificações. Os analfabetos representam 6% dos retornados, enquanto na restante população portuguesa representam 30%, quanto aos mais qualificados, nos retornados encontramos 12% com curso médio ou superior, enquanto na população residente estes representam apenas 6%.

Refira-se, ainda que, dos portugueses com curso superior, 20% dos licenciados em ciências agropecuárias são retornados, 17,1% são licenciados em educação física, militar e náutica, 12% licenciados em engenharias, 11,3% em ciências sociais e 10,3% em ciências exatas e naturais (Pires 2003, 213).

Perante estes dados, confirma-se que os retornados reforçaram os efetivos com curso superiores, sobretudo, nos distritos do interior, contribuindo para uma qualificação dos recursos humanos destas regiões que eram as áreas do país onde estes eram mais escassos, particularmente, “nas áreas de formação diretamente ligadas às actividades económicas: cursos profissionais e cursos superiores nos ramos das engenharias, agronomia e veterinária” (Pires 2003, 214).

Aliás a descentralização do ensino superior para as regiões do interior (Institutos Superiores e Universidades), deve-se, em parte, à existência destes recursos humanos, pois muitos dos seus professores são retornados.

Relativamente à situação perante a atividade económica, os retornados ativos eram em 1981, 248 077, representando 6% dos ativos residentes, os desempregados à procura de novo emprego, 22% e os desempregos à procura do primeiro emprego 5%. Comparativamente à população residente a população retornada apresentava um maior peso de ativos e desempregados (Pires 2003).

⁸ Note-se que estes bairros irão crescer, ainda mais, com a imigração pós-colonial, dos PALOP, entre 1980 e 1990.

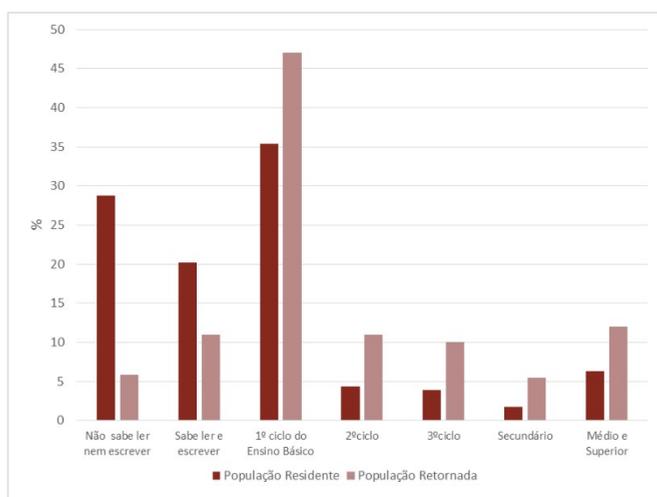


Figura 7 — Retornados e população residente com 30 e mais anos por qualificação académica, 1981
 Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População de 1981
 (a partir de Pires 2003, 213) elaboração das autoras

Quanto às profissões, os retornados apresentam uma percentagem superior aos ativos residentes, nas profissões mais qualificadas (dirigentes e quadros superiores, da administração pública e privada), no pessoal administrativo, do comércio e gerentes do ramo da hotelaria e restauração. Pelo contrário, estavam sub-representados, nas profissões ligadas à atividade agrícola e industrial (figura 8). Esta sobre qualificação socioprofissional dos retornados coaduna-se, com as qualificações escolares analisadas.

A integração e os apoios estatais

Como afirma Pires (2003, 218), “dada a situação de crise económica que então se vivia em Portugal, o facto de a integração da grande maioria dos repatriados ter assumido características de uma rápida assimilação parece pois paradoxal”.

No que diz respeito aos principais fatores que viabilizaram essa integração dos retornados com sucesso, importa sublinhar, como referido atrás, o facto de a fixação ter ocorrido um pouco por todo o território, essencialmente, devido à existência de redes sociais (sobretudo familiares), assim como de um conjunto de competências adquiridas no continente africano.

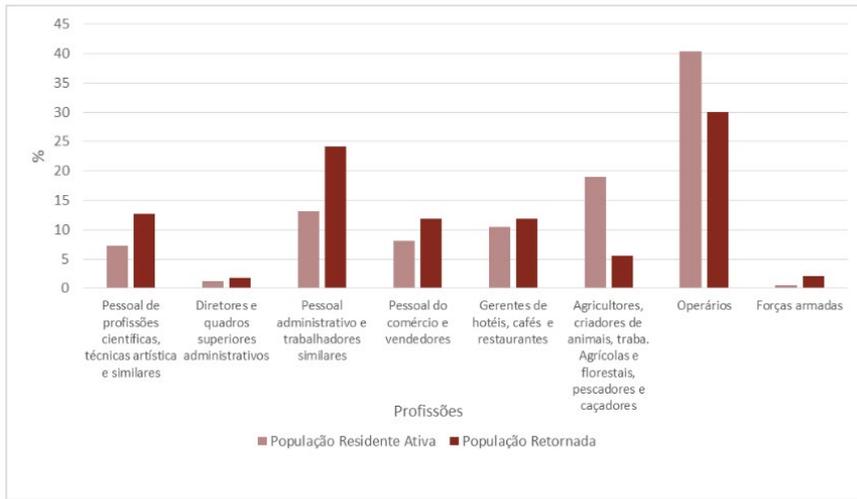


Figura 8 — Retornados e população residente com 30 e mais anos por profissão, 1981
 Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População de 1981
 (a partir de Pires 2003, 2169 elaboração das autoras)

Os dois grandes elementos que determinam a integração dos retornados *residem*, sobretudo, nas noções de capital humano e capital social. “O capital social (...) constitui uma variável-chave em grande parte dos estudos sobre processos de integração” (Pires 2003, 219). Neste caso, o capital social, ou seja as redes sociais que determinaram o processo de integração são simultaneamente as que ligavam os retornados entre si, mas também os retornados à população residente — familiares e amigos não retornados, foi provavelmente por esta razão, como já referimos acima, que a maioria dos retornados nascidos em Portugal se fixou nos distritos onde nasceram, ou nas regiões de destino das migrações internas ocorridas durante as décadas de 50 e 60, a partir das áreas de origem das suas naturalidades (Pires 2003).

Quanto ao capital humano, este pode ser sumariamente definido como o conjunto de conhecimentos e aptidões pessoais que permitem ao indivíduo alcançar objetivos relativos a aspetos económicos e sociais. No caso dos retornados, o capital humano (qualificações, conhecimentos, competências...) revelou-se, como vimos acima, um fator diferenciador relativamente à restante população portuguesa, ultrapassando mesmo as dificuldades resultantes da crise económica que então se vivia em Portugal.

Capital humano e capital social unem-se então, no sentido em que é através deste último (a existência de redes de solidariedade e entajuda na procura de interesses comuns), que o capital humano (qualificações, conhecimentos, competências...) encontra o seu lugar ao nível social.

Contudo, apesar de se considerar os capitais humano e social como fatores essenciais de viabilização da integração destes indivíduos, deve ser também assinalada a importância dos instrumentos e medidas criados, ao nível estatal, que visaram colmatar os inegáveis impactos da chegada deste movimento migratório, sendo que, todavia, estes se revelaram escassos, dado o carácter abrupto do mesmo, aliado à dimensão do conjunto de migrantes então chegados ao território nacional.

Mesmo antes do 25 de Abril já existiam dois núcleos de apoio a desalojados no Ministério do Ultramar, a Comissão Administrativa e de Assistência aos Desalojados (CAAD), destinada a pessoas que vinham da Índia⁹, e o Centro de Apoio aos Trabalhadores Ultramarinos (CATU), que auxiliava os trabalhadores cabo-verdianos.

No Verão de 1974, quando começou a chegar um grande número de retornados, criou-se um terceiro núcleo, o Grupo de Apoio aos Desalojados do Ultramar (GADU), que apesar de ter conseguido resolver algumas emergências, no início de 1975 já não conseguia dar resposta à situação que se agravava todos os dias com a chegada de centenas de pessoas. Foi nessa altura que o Estado criou um serviço nacional que se dedicou apenas ao auxílio de pessoas que vinham das ex-colónias: o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (I.A.R.N.)¹⁰.

Sublinhe-se, não só, o papel do I.A.R.N., mas também de outras organizações que prestaram auxílio aquando da chegada dos retornados, entre as quais a Caritas Portuguesa, o Concelho das Igrejas Evangélicas em Portugal, A Cruz Vermelha Portuguesa, para além de ajudas de vários países (com donativos em espécies e em dinheiro).

O I.A.R.N.¹¹ prestou um conjunto de apoios, destacando-se, alojamento em unidades hoteleiras, subsídios de emergência, fornecimento de géneros alimentares¹², transporte de pessoas e bagagens após chegada a Lisboa, empréstimos, bolsas de estudo, apoios no âmbito da assistência médica, comparticipação nos medicamentos, entre outros (Leandro 1994). Estes apoios seriam prestados de uma forma provisória, aos que não pudessem contar com o apoio de familiares ou amigos, e os apoios na área da saúde e educação seriam substituídos, progressivamente, à medida que pudessem ser integrados no sistema geral da previdência e da ação social escolar.

9 Em 1954, Portugal perdia os primeiros territórios ultramarinos na Índia, Dadrá e Nagar-Aveli. Em Dezembro de 1961 com a invasão pelo exército indiano de Goa, Damão e Diu, Portugal perde estes territórios que são anexados ao Estado Indiano. É neste contexto que se cria este núcleo de apoio para os que retornavam destes territórios.

10 Criado em 1975, pelo D.L. n.º 169/75, de 31 de Março, sendo extinto em Maio de 1981, pelo D.L. 97/81.

11 A resolução do concelho de Ministros publicada no D.R. 153/76 de 2 de Julho descreve, os tipos de subsídios a conceder aos retornados.

12 Alguma da ajuda alimentar foi prestada pelo Programa Alimentar Mundial e pela FAO.

Para além destas ajudas, na área do alojamento, refira-se a construção de um conjunto de bairros pré-fabricados, sobretudo nas duas áreas metropolitanas¹³, para alojar algumas famílias retornadas e a criação de uma linha de crédito bonificado à habitação pela Caixa Geral de Depósitos. Refira-se que, perante a dimensão das carências habitacionais existentes no país, na altura, quer as que este fluxo populacional implicou, o número de bairros e o crédito concedido foram muito reduzidos. O impacto das carências habitacionais não atingiu uma dimensão mais preocupante, porque os governos incentivaram a instalação temporária dos retornados em casas de familiares, evitando assim, um maior investimento na resolução do problema habitacional dos retornados.

Todo este apoio diferenciado e transitório à medida que iam sendo transferidos, para outros sistemas de apoio social, foi fundamental para “não só reduzir tensões à chegada ...,como também, e sobretudo, para anular a tradução de situações conjunturais de carência em posições estruturais de exclusão... [permitindo ao] Estado [construir] as bases de um modelo de integração orientado por critérios universalistas e por objectivos de individualização” (Pires 2003, 233).

O ingresso no Quadro Geral de Adidos dos funcionários públicos das antigas colónias¹⁴, foi outro dos processos que contribuiu para a integração dos retornados. A banca e outros grupos empresariais que possuíam filiais nas ex-colónias e que foram nacionalizados absorveu, também, os seus empregados retornados nas novas estruturas entretanto criadas¹⁵. Foram, também, disponibilizadas linhas de crédito bonificado para novos projetos de atividades económicas¹⁶ que contava com a participação ativa do sistema bancário, para permitir a rápida absorção dos retornados, aproveitando as suas capacidades de iniciativa e competências profissionais.

Tudo isto evitou convulsões sociais que poderiam adquirir proporções inimagináveis.

Refira-se, ainda, que o impacto do retorno expressa-se, igualmente, em termos culturais, todavia estes serão bem mais difíceis de quantificar, contudo, podemos referir a introdução de novos hábitos e de costumes, face ao modo de vida da ex-metrópole.

13 Alguns destes bairros ainda existem e outros já foram destruídos, sendo a população realojada em outros bairros sociais.

14 Até que fossem reintegrados em outro organismo da função pública, recebiam 50% do vencimento base da sua categoria (artigo 2 do D.L. n. 23/75 de 23 de janeiro).

15 Despacho Normativo n.º 165/77 (sobre a integração na Tabaqueira); Despacho Normativo n.º 210/77 (integração no sistema bancário nacionalizado); Despacho Normativo n.º 338/80 (integração na Cimpor) (Pires 2003, 244).

16 O programa de crédito Cifre, sob gestão da Comissão Interministerial de Financiamento de Retornados, lançado em dezembro de 1976, até à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 179/79, de 8 de junho, que, nos termos do disposto no seu artigo 4.º, transferiu a titularidade dos créditos para a Secretaria de Estado das Finanças.

Reflexões Finais

O processo de repatriamento, como vimos, foi o movimento migratório mais importante ocorrido em Portugal, com impactos significativos na dinâmica populacional, social e económica do território nacional. Permitiu, por um lado, o crescimento da população, uma relação de masculinidade positiva, o aumento da população em idade ativa, das mulheres em idade fecunda, contrariando, assim, a tendência de envelhecimento da década anterior por efeito da emigração dos anos 60. Por outro, o aumento da mão-de-obra qualificada em segmentos do mercado de trabalho importantes para a economia do país e, particularmente, de certas regiões, reduzindo assimetrias regionais. O território nacional foi reconfigurado.

Saliente-se ainda que, o retorno das ex-colónias possibilitou, o surto imigratório africano posterior ao constituir a base para o funcionamento de fileiras migratórias, posteriores, dado que, “no seio do Retornados existia já uma componente não despendida de imigração internacional (indivíduos das ex-colónias africanas que não tinham documentação que comprovasse a nacionalidade portuguesa)” (Rocha-Trindade, 2014, 278-79), constituindo estes um canal para o reagrupamento familiar, ou mesmo de apoio logístico, à vaga seguinte da imigração pós-colonial, que por razões políticas, familiares ou económicas, vêm para Portugal, muitos deles em situação ilegal.

A integração dos retornados revelou-se bem-sucedida, devido não apenas à ajuda não-governamental e governamental na assistência prestada aquando da chegada, mas sobretudo às competências profissionais, de liderança e de empreendedorismo, adquiridas nos territórios portugueses em África. Na verdade, “encontramos por todo o país manifestações da sua presença próspera. Cafés, hotéis, restaurantes, indústrias, empresas de transporte e diversos outros serviços, têm designações que evocam a experiência africana dos seus proprietários. ... Assim como, muitos foram absorvidos pela administração pública, central e local ...e nas universidades, o que contribuiu para acelerar a criação de novas universidades” (Rocha-Trindade, 2014, 447). A integração bem-sucedida não oblitera a trajetória trágica do “retorno”, estes indivíduos sentem-se muitas vezes vistos como intrusos pela população que os recebeu, e permanece a mágoa de terem deixado para trás sonhos, poupanças e amizades, bem patente, nas suas memórias e discursos, muitas delas partilhas sob a forma literária, em documentos ou mesmo em blogs.

Segundo Bruno Machado (2011), os retornados, “trouxeram consigo a experiência africana para um território europeu que, ainda periférico ou semiperiférico, se via confundido entre europeísmo e africanidade, ou entre um passado em que se buscava reaportuguesar Portugal, tornando-o europeu, e uma nova vaga de hábitos e valores fulgurantes face ao modo de vida da ex-metrópole” (Machado, 2011,2).

Referências bibliográficas

Leandro, M. "A epopeia do retorno 20 anos depois", Disponível em <http://www.espoliadosultramar.com/ip9.html>, acessado em 20 de outubro de 2015.

Lucas, A. M. R. 1985. *A Cultura e o Futuro na Terra Quente Transmontana*. Direção da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana.

Machado, B. 2011. "Os filhos dos "retornados": a experiência africana e a criação de memórias, pós-memórias e representações na pós-colonialidade", Dissertação de Mestrado em População Sociedade e Território, Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

Matos, F.L. e Salgueiro, T. B. 2005. "Habitar nas cidades portuguesas: caracterização do parque habitacional e estratificação social da habitação". In *Geografia de Portugal*, coord. Carlos A. Medeiros, vol. 2, 313-338. Lisboa: Círculo de Leitores.

Matos, Helena 2014. "Os retornados começaram a chegar a 40 anos", Disponível em <http://observador.pt/especiais/os-retornados-comecaram-chegar-ha-40-anos/>, acessado em 22 de outubro de 2015.

Pires, R. P. 2003. *Migrações e Integração Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.

Pires, R.P. et al 2010. *Portugal — Atlas das Migrações Internacionais*. Lisboa: Tinta-da-China.

Rocha-Trindade, M.B. 2014. *Das Migrações às Interculturalidades*. Porto: Afrontamento

Salgueiro, T. B. 1992. *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento.

Vieira, Susana P. O. 2013. "Vindos de África: «Retornados» e «Desalojados» em Braga (1974-1977)", Dissertação de Mestrado em História, Universidade do Minho.

